

CHECK LIST – POSSIBILIDADE DE SEGUIMENTO DO PROCESSO CESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO EM ÁGUAS PÚBLICAS

Objetivo: avaliar se requerimento de cessão de uso de espaço físico em águas públicas está completo e pode seguir para análise técnica.

Fundamento legal:

- Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, art. 18, II, §§ 2º a 5º e 7º, e art. 42.
- Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, arts. 95 e 96.
- Portaria SPU/MPOG nº 404, de 28 de dezembro de 2012, e suas respectivas alterações (Portaria SPU nº 7.145, de 13 de julho de 2018, e Portaria SPU nº 11.190, de 1 de novembro de 2018).

1. QUALIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:

Sim	Não	Não se aplica	Requisito
			Há documento de identidade do interessado?
			Se pessoa jurídica, há ato Constitutivo, estatuto social ou contrato social registrado na Junta Comercial ou no Cartório de pessoas jurídicas?
			Se houver representante legal, há documento que formaliza a representação?
			Se houver representante legal, há documento de identidade do representante?

2. OBJETO DO REQUERIMENTO

2.1 Objeto do pedido

Sim	Não	Não se aplica	Requisito
			Foi informado o objetivo da cessão?
			Foi indicado o prazo pleiteado para a cessão?
			Foi sugerido prazo de carência para o início do uso, com a justificativa?

2.2 Informações sobre a estrutura náutica

Sim	Não	Não se aplica	Requisito
			Foi informado o tipo de estrutura náutica?
			Foi informada a classificação da estrutura náutica?
			Foi informada a finalidade da estrutura náutica?
			Foi apresentada descrição sucinta do empreendimento?

2.3 Dados do imóvel em terra

Sim	Não	Não se aplica	Requisito
			Se imóvel adjacente for da União, ele está cadastrado na SPU em nome do requerente?
			Se imóvel adjacente for da União, Há pendências cadastrais ou financeiras em relação ao imóvel?
			Se o imóvel adjacente for alodial, o requerente é proprietário, locatário ou arrendatário?

3. SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO

Sim	Não	Não se aplica	Requisito
			Há possibilidade de dispensa ou de inexigibilidade de licitação?

4. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES – SE HOUVER

Detalhamento sobre eventuais orientações ao requerente sobre como complementar o requerimento inicial, para que o processo possa ser analisado.

--

5. DOCUMENTAÇÃO

Sim	Não	Não se aplica	Documento
			Documento de identificação com foto (RG, CNH, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade de Estrangeiro, etc.)
			Documento do ato Constitutivo, estatuto social ou contrato social registrado na Junta Comercial ou no Cartório de pessoas jurídicas
			Documento de representação legal (procuração, termo de compromisso de inventariante, etc.)
			Planta de situação da área pretendida aprovada pela Capitania dos Portos, incluindo os terrenos adjacentes, com os respectivos limites - formato PDF
			Planta de situação da área pretendida aprovada pela Capitania dos Portos, incluindo os terrenos adjacentes, com os respectivos limites - formato compatível com sistema CAD
			Planta de localização da área pretendida aprovada pela Capitania dos Portos – formato PDF.
			Planta de localização da área pretendida aprovada pela Capitania dos Portos - formato compatível com sistema CAD
			Requerimento de Cessão de Uso de Espaço Físico em Águas Públicas, disponível na seção acima (Arquivos de Ajuda)
			Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU)
			Documento de identificação do representante legal com foto (RG, CNH, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade de Estrangeiro, etc.)
			Documento do município informando não se opor à instalação ou à regularização da estrutura náutica
			Parecer da Capitania dos Portos, da respectiva área de jurisdição, quanto à interferência em relação ao ordenamento do espaço aquaviário, à segurança da navegação e outros aspectos de interesse da Defesa Nacional.
			Se o terreno em terra adjacente for particular, documento que comprove a propriedade ou a posse.
			Se a área requerida ultrapassar os limites laterais ou se sobrepor às águas passíveis de cessão, documento com anuência do confrontante
			Licença ambiental adequada ao estágio da estrutura (ou a respectiva dispensa emitida pelo órgão ambiental competente).